



2



3 **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF**
4 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**
5 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'A' - Palácio das Araucárias.**
6 **CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná**

7
8 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR**
9 **Reunião Extraordinária – 28/04/2021**

10

11 No vigésimo oitavo dia do mês de abril de 2021(28/04/2021), às 09h00min horas –, à Rua
12 Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Centro Cívico em Curitiba-PR, foi dado início a Reunião
13 Extraordinária do Conselho da Criança e do Adolescente do Paraná CEDCA/PR,
14 transmitida via webconferência pelo meet, para a qual os conselheiros (as) foram
15 previamente convocados: Débora Cristina dos Reis Costa (Associação Paranaense de
16 Cultura – APC); José Wilson de Souza (Instituto De Apoio A Adoção De Crianças E
17 Adolescentes Trilhas Do Afeto); Thiago Alberto Aparecido (APAE de Maringá); Adriano
18 Roberto dos Santos (Associação Antônio e Marcos Cavanis); Maria Tereza Chaves
19 (Associação de Portadores de Fissura Labiopalatal); Ires Damian Scuzziato (Centro
20 Beneficente de Educação Infantil Ledi Mass Lions); Yvy Karla Bustamante Abbade
21 (Universidade Livre para Eficiência Humana); Frede Henrique Dias (Ação Social do
22 Paraná); Joseli Collaço (Casa Civil); Antônio Carlos Dourado (Secretaria de Estado da
23 Educação e do Esporte – SEED / Superintendência do Esporte); Rosineide Frez
24 (Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED/PR); Ângela Christianne
25 Lunedo de Mendonça, Priscila de Albuquerque Maranhão Polati Veiga (Secretaria de
26 Estado da Justiça, Família e Trabalho – DPCA/GABINETE); Allan Kolodzieiski (Secretaria
27 de Estado da Comunicação Social e da Cultura –SECC); David Antônio Pancotti e Solimar
28 Gouveia (Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF/DEASE); Juliana
29 Muller Sabbag (Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho –

30 SEJUF/DPCA/DAS); Silvio Renato Fernandes (Secretaria de Estado da Justiça, Família e
31 Trabalho – SEJUF/DEJU); Walmir dos Santos (Secretaria de Estado da Justiça, Família e
32 Trabalho – SEJUF/DEJU); Jéssica Luiz Dinardi (Secretaria de Estado da Saúde – SESA);
33 Sandra Cristina Ferreira (Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino
34 Superior – SETI); Lucimeia Swiech (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP);
35 Johnanthan Braghini (Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes);
36 Dra. Anderson Rodrigues Ferreira (OAB-PR); Dra. Luciana Linero e Dra. Danielle Cristine
37 Cavali Tuoto (Ministério Público – CAOP); Bruno Muller (Defensoria Pública NUDIJ);
38 Arlete Kubota (CONSIJ/TJPR).

39 Logo após a chamada nominal, a palavra foi dada ao Presidente do Conselho, José
40 Wilson, o qual deu as boas-vindas aos presentes e iniciou a apresentação com o objeto
41 central da reunião: Aprovação das Atas de Março de 2021; Relato da equipe técnica do
42 Programa PPCAM; Finalização do Plano de Ação para o ano de 2021;

43 José inicia a reunião falando sobre o PPCAM e quanto a postergar o ponto de pauta para
44 aguardar quem falará sobre ele tendo a concordância de todos. Retomará o plano de
45 ação e falará sobre o que já foi realizado e o que ainda falta deliberar sobre o projeto.
46 Fernanda inicia colocando a apresentação e assim José Wilson começa sua
47 apresentação. Comenta que estavam trabalhando com um saldo de 2020 de
48 48.588.193,62. Nos meses de Janeiro, fevereiro e março de 2021 houve a entrada de
49 5.186.294,47; 3.541.716,71 e 3.504.093,12 respectivamente da fonte 150, totalizando
50 12.232.104,30. Já da fonte 131 seguindo o mesmo período de janeiro, fevereiro e março
51 tiveram as seguintes entradas respectivamente: 203.569,65; 152.000,04 e 726.991,86
52 totalizando 1.082.561,55. Ambas as fontes tem o total de 13.314.665,81 em 2021. Na
53 fonte 284 há disponíveis 3.764.568,62, assim deliberado o total de 48.588.193,62 de
54 2020. O valor de 13.314.665,81 de 2021 mais a fonte 284 com o valor de 3.764.568,62,
55 assim totalizando 65.667.428,05. Foi deliberado o valor de 25 milhões para a segurança
56 alimentar. 5 milhões para o projeto dos ameaçados e assim contemplando 87 municípios
57 num primeiro momento, mas visto que o projeto tem a duração de 2 anos não haveria
58 impacto significativo pontua Dra. Daniele. Desta forma alterado para 57 municípios de
59 porte 2 para os participantes do projeto. Informado no chat os valores destinados para
60 cada município. Assim José pergunta se o valor é valido para destinar aos municípios e
61 ao projeto. Dra. Angela se pronúncia e faz um agradecimento a todos. José continua e

62 comunica que conversará mais a fundo sobre a deliberação em outro momento com a
63 Renata na sequência. Continua e informa que o valor de 32.187.428,05 ainda está livre.
64 Em cima deste valor seria destinado um montante de 18 milhões a ser estudado através
65 de edital para as organizações da sociedade civil. O restante para aportes propostos pelo
66 governo. José passa a palavra aos conselheiros e pergunta se tais questões são válidas.
67 Confirma afirmativamente e aprova uma representante da sociedade civil. Dra. Angela
68 comenta sobre o importante trabalho das OSCs e agradece o acolhimento destas
69 organizações. Continua dizendo sobre as ações do OCA e as acha importante uma
70 conversa com as organizações. Fala sobre a necessidade do debate da coordenação da
71 mulher e das meninas em situação de risco, assim como todas as demais que precisam
72 de recursos para o enfrentamento à violência contra a criança e pede para que os
73 conselheiros disponibilizem o valor de 3.480.000,00 para as demandas governamentais
74 que também precisam deste aporte. José passa a palavra para a Dra. Débora. Em sua
75 fala concorda com a fala do presidente e comenta sobre a questão da segurança
76 alimentar e sobre o edital que deverá ter início no prazo máximo de no ano que vem com
77 a sua publicação. José pede para que mais conselheiros se manifestem para a aprovação
78 das questões discutidas. Juliana fala sobre os valores e seus destinos. Dourado dá seu
79 parecer favorável e agradece a Dra. Angela pela lembrança do projeto de segurança
80 alimentar. Também diz sobre a importância de deliberar esses recursos. Outra conselheira
81 pede a palavra e comenta sobre a ponta dos projetos, as crianças e os adolescentes e
82 diz, reafirmando a fala do Dourado; que o tensionamento que existia entre as
83 organizações da sociedade civil e os GOVs não há na atual conjuntura. Dra. Angela
84 comenta sobre a questão do PPCAM. Também fala sobre a disponibilidade dos recursos e
85 suas execuções. Uma conselheira fala sobre todos os recursos serem destinados a
86 sociedade civil dos valores no mês de maio, por conta de um chamamento público e sua
87 morosidade. Dra. Angela retoma a palavra e concorda com essa proposta, mas que o
88 universo de recurso para adiante deve ser fixado para os GOVs e com isso terem esse
89 recurso para se deliberar e destinar. Outra conselheira comenta sobre o recurso e que
90 deverá ser executado em 2021, executar no ano, pois não se sabe como será o próximo.
91 Outro conselheiro se pronuncia e pede para que a sociedade civil se pronuncie. Dra.
92 Daniela pede a palavra e retoma sua fala para o conselheiro que não estava presente
93 naquele momento. José comenta que se não houver planejamentos na sociedade civil ou

94 nos GOVs não conseguirão executar os recursos. Também lembra sobre o processo
95 eleitoral que virá a seguir. Dra. Angela fala sobre o quanto antes deliberarem os recursos,
96 antes se executarão. Cel. Pancoti comenta sobre os prazos e as execuções. José da
97 sequencia na reunião e assim delibera que ficam aprovadas as propostas. Questiona-se
98 sobre os 3 milhões e de onde se origina. Explica-se sobre um superávit e sendo essa
99 origem. José comenta sobre a divisão do valor sendo 16.093.714,03 para as OSCs e
100 16.093.714,03 para GOVs. Pontua-se que os valores devem também ser discutidos para
101 o PPCAM. José continua falando que segue com a deliberação referente aos ameaçados.
102 Dra. Renata começa a apresentação. Fala sobre o objeto da deliberação que são as
103 crianças e adolescentes que são ameaçados de morte e suas duas opções de destino do
104 recurso. Foi feita uma proposta sendo adicionada uma segunda e continua lendo a
105 deliberação, seus artigos e parágrafos na íntegra. Há um pedido da minuta e assim será
106 compartilhada no grupo do whatsapp dos conselheiros e adequações de erros de
107 ortografia e demais que sejam necessárias. José comenta sobre a deliberação e sobre o
108 comprometimento dos recursos do projeto e a preocupação e cuidados sobre a execução
109 dos municípios e os prazos para isso. Assim retoma a Dra. Renata e diz que o município
110 deve ser instrumentalizado junto com o Conselho Estadual, Municipal e Conselho Tutelar
111 para que o atendimento seja realizado o mais rápido e efetivamente possível. José pede
112 que a Dra. Débora que continue e ela comenta sobre sua preocupação sobre os materiais
113 dispostos na deliberação. Quanto à amplitude de utilização do recurso neste quesito. Dra.
114 Angela comenta sobre ter as mesmas preocupações e a demora em implementar a
115 política e acabar por fim o recurso ficando parado no município. Dra. Daniele também
116 retoma a questão e fala sobre o objeto da deliberação e sua especificidade. Sua
117 fiscalização e quanto aos dados serem sigilosos. Também fala sobre os recursos e
118 materiais de consumo. Retoma a Dra. Renata e fala sobre a instrumentalização, os
119 gastos, custeios e vagas nas unidades de acolhimento. Comenta-se sobre a questão da
120 fiscalização de como serão usados os recursos e sobre a transparência, pois devido à
121 confidencialidade dos dados, pode-se trazer dúvidas. José passa a palavra para Dra.
122 Alexandra e comenta sobre o sigilo e que o município deve ter uma equipe de referencia.
123 Dr. Luciana confirma a fala da Dra. Alexandra e retoma a questão da velocidade de
124 atendimento do programa tendo em vista o público e o motivo do programa. Também fala
125 que a rede local consegue dentro de sua metodologia atender as situações sem precisar

126 de um auxílio de outro recurso de proteção. Havendo uma articulação local isso teria
127 maior efetividade. Dr. Rodrigo ganha a palavra e faz uma ponderação que as equipes de
128 referência e sua contratação, visto a qualificação desse pessoal. Também a questão de
129 custeio, registros e a transparência. Também quanto à normatização e se evitar a
130 dificuldades de questões mais burocráticas. Cel. Pancoti fala sobre a questão de
131 regulamentação e a execução de recurso pelo município e sua previsão. Assim saindo do
132 estado já pronto para execução e tudo especificado como custeio, onde gastar, o que
133 deve e não deve ser gasto. José pergunta sobre uma contrariedade sobre a deliberação e
134 não houve pronunciamento sendo aprovada. José retoma sobre a questão da utilização
135 do recurso e a equipe técnica que trabalharia a questão não está e não conseguirá estar
136 presente nesta reunião, colocando a observação de que na próxima ordinária haverá esta
137 fala. Continua sobre o plano e segurança dos dados destes ameaçados. Continua
138 comentando que todos receberam o plano e devem estudá-lo. Também fala sobre um
139 artigo dentro da deliberação com 12 meses para a utilização do recurso e execução do
140 mesmo. Dra. Débora pede a palavra e comenta sobre a SEJUF apresentar o projeto como
141 uma questão ampla, não os aspectos sigilosos. Também comenta como uma proposta de
142 recurso até o final deste ano e um retorno caso o recurso não seja empregado a alguma
143 instituição que aderir ao programa. José passa a palavra ao Dr. Anderson e ele fala sobre
144 o risco da renovação do convenio e verbas do FIA a esta entidade que aderir. José
145 concorda com tudo dito e que o estado deve colocar na lei orçamentária para o retorno
146 destes recursos aos FIA caso não utilizado. Dr. Rodrigo retoma os aspectos técnicos de
147 execução e que deve estar na secretaria e não com uma entidade e podendo haver um
148 desvio de recursos. Dra. Angela pede que a Dra. Natalia fale sobre o método e o plano de
149 trabalho sempre respeitando o sigilo. Dra. Angela pede o contexto o todo da política de
150 uma maneira geral. Informa que o secretário passou por meio de ofício a transferência da
151 gestão deste programa do DDIF para a DPCA. José fala sobre a preocupação sobre os
152 trâmites com a PGE e a demora desta burocracia. Fala que o CEDCA está à disposição
153 para a Dra. Angela. Ela pede a palavra e fala sobre a transferência de gestão e toda a
154 complexidade da transição. Fala sobre a sua seriedade de como realiza seu trabalho junto
155 da sua equipe. Fala sobre o estabelecimento do prazo até dezembro, mas que pode
156 passar para o ano que vem a questão do recurso. Dra. Débora pergunta sobre o
157 andamento dentro da SEJUF sobre os trâmites do programa e se pode informar. Dra.

158 Natalia diz que no momento não consegue responder tal questionamento. José informa
159 que somente o diretor consegue responder tais questões e ele não está presente no
160 momento. Silvio retoma para a Dra. Viviane a pergunta sobre o programa. Dra. Viviane
161 informa que cuida da prestação de contas, no pós, mas que também está atenta. Diz que
162 já se encontra feito o atendimento e sem o recurso, tendo uma inadimplência. Dra.
163 Viviane fala que não é responsável pelo programa e diz ser a Ariel a responsável técnica
164 e que ela é responsável pela prestação de contas. A fiscalização por hora é da Dra.
165 Natalia. Dra. Angela resgata uma fala e informa que os novos momentos do PPCAM e
166 nesse momento de transição estão sendo organizadas no DPCA sendo a gestora e
167 responsável técnica depois de finalizada a transição. Deliberado assim e sugerido pelo
168 Jose que seja de 12 meses para a execução de recursos. Já a Dra. Daniele pede para
169 que seja até março está execução. Dra. Angela concorda com o Presidente Jose. Foi
170 sugerido que mensalmente se traga informações do convenio e que por um ano a
171 execução. Esclarecendo por um conselheiro e diz sobre uma contratação emergencial ate
172 agosto para conveniar e após, tendo um aporte do FIA para um ano de prazo ou até
173 março como a discussão em realização. Aprovado e deliberado assim por um ano o prazo
174 de execução da nova entidade. Silvio fala sobre uma nota técnica que ficou em aberto da
175 reunião anterior e pergunta se continuam ou se haverá uma pausa para o almoço e
176 informado que deverá ser feita uma leitura e assim acordado que após a pausa será
177 discutida a nota técnica.

178 Na sequência, retoma-se a reunião no período da tarde para discutir a aprovação da nota
179 técnica que trata sobre o documento que tem por objetivo apresentar um conteúdo
180 informativo às escolas (e outros espaços de atendimento às crianças e adolescentes) e
181 educadores, para auxiliá-los na atuação enquanto multiplicadores com pais, responsáveis,
182 e comunidade nos casos de suspeita ou confirmação de violência intrafamiliar e no trato
183 de cyberbullying em salas de aula virtuais durante o período da pandemia, bem como
184 fazer recomendações para o acolhimento dos relatos de crianças e adolescentes. Durante
185 a leitura pontuações foram feitas e correções na nota foram sendo realizadas e alteradas
186 pela secretaria executiva. Deliberado sobre o envio desta nota e questionado sobre sua
187 midiaticização. Sendo estabelecidos os seguintes meios para divulgação: divulgar no site
188 do CEDCA/da SEED e encaminhar a nota técnica para: ERs, CMDCAs, ACTEP, Conselho
189 de Direitos, Conselho Estadual de Educação, Sindicato das escolas particulares, Escolas

190 municipais, Sinepe/Pr. Por fim, foi aprovada a nota técnica e a reunião foi encerrada pelo
191 Presidente José Wilson.
192 **ENCERRADA.**